



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA
30 DE ABRIL DE 2015

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e quinze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas, teve lugar a segunda sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal (AM) de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1-** APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015;
- 2.2-** INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.3-** APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DO ANO DE 2014, E AINDA A APRECIACÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO;
- 2.4-** 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S PARA O ANO ECONÓMICO DE 2015= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.5-** 1º RELATÓRIO TRIMESTRAL DE MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL (ALÍNEA A) DO ARTIGO 12º DA LEI Nº43/2012, DE 28 DE AGOSTO);
- 2.6-**RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2014 (ALÍNEA D) DO Nº2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº73/2013, DE 03 DE SETEMBRO; APRECIACÃO;
- 2.7-** RELATÓRIO E CONTAS INTERCALAR À DATA DO REGISTO DA DISSOLUÇÃO (10-12-2014) DA PROFACADEMUS – ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO, UNIPessoal,LDA, EM LIQUIDAÇÃO= APRECIACÃO;
- 2.8-** RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2014 DA PROFACADEMUS – ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO, UNIPessoal,LDA, EM LIQUIDAÇÃO= APRECIACÃO;
- 2.9-** RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2014 DA COMBANIMA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM LIQUIDAÇÃO= APRECIACÃO;
- 2.10-** REPOSIÇÃO DE CAMINHOS FLORESTAIS EM CASAL DE VIDONA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA COMBA DÃO E COUTO DO MOSTEIRO. REQUERENTE: ADÉRITO MANUEL PEREIRA SANTOS= DESAFETAÇÃO E AFETAÇÃO DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL (ALÍNEA Q, Nº1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO)= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.11-** ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU= MOÇÃO- “COMBATE À CORRUPÇÃO”= CONHECIMENTO.

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidiu aos trabalhos o Sr. Presidente Fernando Paulo Soares Gomes, secretariado por César Fernando Lima Branquinho e Maria José Nogueira de Sousa Tavares.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Senhores Deputados: António José Brito Correia, Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís Leitão Morais, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, José dos Santos Castanheira Neves, Luís Miguel Ferreira Marques, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Pedro Miguel Soares Veloso, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa, Domingos Manuel Costa Marques e Urbana Maria Coimbra Sousa.

A sessão começou com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

O 1º Secretário da Mesa, Sr. Deputado César Branquinho, fez a leitura do expediente endereçado a esta Assembleia Municipal - o primeiro assunto relativo à dívida da Associação de Municípios do Planalto Beirão à Câmara Municipal de Santa Comba Dão, o segundo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão IP sobre a notificação de reposição do montante de 899 619,51€, respeitante a projetos no âmbito do QREN, indevidamente pagos e o terceiro assunto referia-se ao Relatório da Ecopista do Dão.

Em seguida foram abertas as inscrições para as intervenções dos senhores deputados neste período.

O Sr. Presidente da Assembleia começou por dar a palavra ao Sr. Deputado António José Correia que, na sua intervenção, se referiu à última sessão da Assembleia Municipal para dizer que ocorreram um conjunto de episódios que em nada dignificam este órgão nem os seus membros. Sendo um órgão político de carácter deliberativo, a Assembleia Municipal deve ser um espaço onde o debate político deve estar sempre presente e vivido de forma calorosa, admitindo que a fronteira entre o cumprimento escrupuloso do regimento é ligeiramente ultrapassado, achando normal, de acordo com as características mencionadas, que o regimento não pode e não deve ser um documento absolutamente quadrado na sua aplicação. Deve haver tolerância, cabendo a quem preside a Assembleia manter a coerência e o bom senso na observância destas regras. Referiu que todos já assistiram a exemplos destes noutros outros órgãos políticos, a nível local e nacional, considerando isto absolutamente normal em democracia, desde que os princípios da urbanidade, da educação e da nobreza não sejam de todo violados, e que isto vem a propósito do seu comportamento, na última Assembleia Municipal, por ter abandonado a sala em protesto pela forma como foi tratado e pelas acusações graves por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Em nove anos de funções autárquicas nunca formulou nenhum ataque de carácter pessoal a nenhum membro da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. As suas intervenções foram de carácter político e que o mesmo tem acontecido na perspetiva contrária, pois sobre si têm recaído ataques políticos que considera normais e que nunca nenhum deputado do



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Partido Socialista lhe fez um ataque de caráter pessoal. Continuou, dizendo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que estava completamente de acordo com a Sra. Deputada Edite Cruz quando, esta disse, no âmbito da sua intervenção e após a sua saída da sala que os ataques não foram pessoais mas sim políticos e a política é ouvir o que se quer e o que não se quer. Pediu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para dizer à Sra. Deputada Edite Cruz para não ficar frustrada pois não saiu da sala devido à sua intervenção, por provavelmente pensar que ele tinha ficado irritado ou nervoso, que apesar das divergências que ambos possam ter nunca ultrapassou a barreira da boa educação e urbanidade no trato, quer dentro desta Assembleia, quer fora e que o contrário também é verdade, acrescentando que, nesta Casa, ninguém lhe dá lições de democracia, absolutamente ninguém.

Também, disse que, devido ao facto de se ter ausentado pelas razões anteriormente referidas, não pôde ripostar a algumas das afirmações graves proferidas por outros deputados e pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Referiu que o Sr. Deputado Jorge Amaral na sua intervenção em relação ao associativismo disse que o atual Executivo apoiava com o que lhe era possível e que, no passado, apenas havia promessas, dando exemplos de promessas monetárias às filarmónicas que alegadamente não foram cumpridas. De facto, o Presidente da Comissão Política do PSD referiu que houve um claro abandono no apoio ao associativismo e que não lhe parece estar isolado pois o Presidente da Direção da Sociedade Filarmónica e Fraternidade de S. João de Areias, em entrevistas publicadas em jornais, recentemente, se referiu às dificuldades financeiras e que se considera abandonado pela Câmara Municipal, pensando que o mesmo sucede com outras associações. O Sr. Deputado disse ainda que o nível de ajustamento também deveria chegar ao nível dos apoios ao associativismo, como vinha sucedendo nos últimos anos do anterior Executivo, acrescentando que o Sr. Presidente da Câmara já tinha pré-anunciado publicamente o aumento gradual dos subsídios. Espera que não coincidam apenas com o ano 2017.

Depois destacou, dentro de exemplos que o Sr. Presidente da Câmara salientou, a dívida à APPACDM, que tinha a ver com o que foi acordado e aprovado em reunião de Câmara, por unanimidade, no âmbito da candidatura que a APPACDM fez para a construção de um lar e de um centro de atividades ocupacionais em Santa Comba Dão, sendo a parte não comparticipada assumida pelo Município de Santa Comba Dão, conforme protocolado. A comparticipação dentro dos valores elegíveis inicialmente era de 85% cabendo 15% à Câmara Municipal. Para isso a APPACDM fez um empréstimo bancário e caberia à Câmara Municipal ir amortizando de acordo com um plano devidamente acordado. O Sr. Deputado disse ao Sr. Presidente da Câmara que, de acordo com o Despacho nº 1733 / 2015, de 19 de fevereiro, o financiamento comunitário para obras ligadas à deficiência, passou para os 100%, querendo isto dizer que, neste momento, em relação ao que a Câmara já pagou muito provavelmente é a APPACDM que estará em dívida para com o Município.

Em seguida, lançou um desafio ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que, até ao final do mandato, promova um projeto sem praticamente nenhum custo, para o Município valorizar um ativo municipal avaliado inicialmente em 100 mil euros e cuja avaliação atual é de 1 milhão de euros, para criar mais de 20 postos de trabalho e mais alguns indiretos, que considera necessário e estratégico. Espera que o Sr. Presidente aceite este desafio. Também disse que o Sr. Presidente da Câmara o acusou de várias outras situações relacionadas com a relação comercial com a TRANSDEV, mas tendo em conta que decorre um processo judicial, irá



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aguardar pelo seu terminus e deixar para outro momento uma explanação sobre esta matéria. Referiu, ainda, a sua absoluta surpresa e estranheza por algumas acusações.

Também apontou uma acusação feita pelo Presidente da Comissão de Sessão Política do PSD ao Sr. Presidente da Câmara e que, este, não referiu nada, quando foi dito que, para além do aumento do IMI, haveria em 2015 a instabilidade do Executivo. A crítica não lhe pareceu infundada. Isto porque o Vice- Presidente, por quem tem estima e consideração pessoal e reconhece méritos e experiência e currículo invejáveis e é certamente um dos santacombadenses com maior prestígio na administração pública portuguesa, alegando razões de carácter pessoal deixa de ter pelouros atribuídos. Tendo o Sr. Presidente da Câmara dito que era uma mais valia que agora cai por terra. Quanto ao vereador com pelouros atribuídos sem remuneração, já não é bem assim, e passa a ser remunerado. O PSD entende que quem trabalha deve ser remunerado. Dizendo o Sr. Deputado que, no limite, se poderia falar de fraude eleitoral, mas algo de que nunca acusará o Sr. Presidente da Câmara, e que os santacombadenses farão no momento próprio esse juízo. Pediu, ainda, ao Sr. Presidente da Câmara que seja um agente agregador de todos os que possam contribuir para ultrapassar o ciclo que atravessamos e que potencie todas as sinergias entre os diferentes atores para atingir objetivos comuns.

Por fim, deixou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal um requerimento dirigido à mesa com o objetivo de lhe ser prestado um esclarecimento relativo às acusações dirigidas pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal ao líder parlamentar do PSD, na sessão ordinária realizada no passado dia 27 de fevereiro, que constitui o anexo nº1 desta ata e dela fazendo parte integrante.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal entendeu responder de imediato ao Sr. Deputado António José Correia, dizendo que concordava com tudo o que disse na primeira parte da sua intervenção quando disse que exerceu funções autárquicas durante nove anos e que ele era um cidadão de Santa Comba Dão há trinta anos, e tem feito o que pode e o que não pode pelo desenvolvimento do Concelho, e foi, neste sentido,, que recebeu um convite para se candidatar a este cargo e o aceitou. Acha que vai fazer um bom mandato e se decidir candidatar-se outra vez o povo é que o julgará e não será a sobrançeria das pessoas que decide essas coisas. Depois apontou que quem iniciou esta contenda foi o Sr. Deputado António José Correia ao pedir-lhe para ir para o seu lugar, não tinha que o fazer. Como o Sr. Deputado não tinha sido correto para com ele respondeu-lhe da mesma forma, mas que lhe pediu imediatamente desculpa. Depois o Sr. Deputado exigiu um pedido de desculpa quando já o tinha feito. Em relação aos ataques pessoais, não são pessoais, mas sim políticos.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira que disse que por vezes se dizem coisas que não se gostaria de dizer mas que são ditas, havendo problemas mais complicados para resolver na vida dos santacombadenses e que não se devia estar com estas questiúnculas. Depois deu os parabéns à União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro pela iniciativa do passeio para dar a conhecer algum do património do Couto do Mosteiro, lançando ainda o repto aos outros presidentes de freguesia para realizarem iniciativas do género. Em relação às comemorações do 25 de Abril achou a cerimónia um bocado pobre e propôs que para o próximo ano se faça uma Assembleia Municipal aberta a toda a população para a sua comemoração. Relativamente ao espetáculo na Casa da Cultura, homenageando o compositor Carlos Paião, talvez fosse o momento mais alto do dia, acrescentando que qualquer cidade deste país gostaria de o ter tido.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tomou a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz, cuja intervenção constitui o anexo nº2 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Depois, tomou a palavra o Sr. Deputado Luís Artur Pereira que felicitou a União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro pela excelente iniciativa da caminhada, no dia 19 de abril, divulgando o seu património e valor paisagístico. Em relação ao relatório da vistoria à Ecopista que pediu na reunião da última Assembleia Municipal e como o mesmo lhe tinha chegado há minutos não o pôde analisar, pelo que irá fazê-lo na próxima Assembleia Municipal.

Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Manuel Luís Leitão na qual mostrou a sua preocupação relativamente ao helicóptero kamov ter sido desviado da base de Santa Comba Dão para a de Tires, e que voltará na época de incêndios. A sua maior preocupação é o helicóptero do INEM já não se encontrar em Santa Comba Dão, apenas um veículo e uma equipa da VMER. Assim, questionou o Sr. Presidente da Câmara para saber a atitude que o Executivo vai tomar perante esta situação, perguntando ainda se este assunto não deveria ser debatido na Comunidade Intermunicipal.

Depois tomou a palavra o Sr. Deputado José Augusto Morais para dizer que foram confrontados com a descrição de um ofício dirigido à Câmara Municipal pedindo a reposição de um valor perto de 900 mil euros. Neste sentido, questionam o Sr. Presidente da Câmara se o Executivo Camarário pagou esse valor aos empreiteiros que declararam a obra feita. Caso o tenha feito será ou não do interesse da Câmara, independentemente da Lei dos Compromissos, intentar uma ação judicial contra as pessoas que alegadamente receberam os valores pagos incorretamente, porque a obra não foi executada e está a ser exigida a devolução do seu valor, de forma a Câmara ser ressarcida, perguntando o que vai ser feito para a Câmara receber esse dinheiro.

Foi dada a palavra à Sra. Deputada Urbana Coimbra para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o que aconteceu ao matadouro municipal, porque ao navegar numa rede social, deparou-se com uma notícia sobre o mesmo. Disse que fez questão de ir ao local aonde deveria estar o matadouro e o que encontrou foi um lugar vazio. Gostaria de saber o que aconteceu.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado César Branquinho, que fez a defesa do serviço nacional de saúde, conforme anexo nº3 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos senhores deputados. A primeira resposta foi para o Sr. Deputado César Branquinho, dizendo que, desde sempre, houve a preocupação com os cuidados de saúde em Santa Comba Dão para que fossem o melhor possível, e que foi confrontado com a aprovação da Unidade de Saúde Familiar (USF) e nada pode fazer. Relativamente ao episódio dos equipamentos teve algumas reuniões com o Sr. Diretor do ACES Dão Lafões e com o Sr. Presidente e elementos da Junta de Freguesia de S. João de Areias para a vinda de um médico para Unidade de Saúde de São João de Areias, cuja situação teria de ser resolvida definitivamente, sendo-lhes garantida a presença de um médico, e que a 21 de abril ficaria um médico a título definitivo. Também disse ao Sr. Diretor do ACES que suspeitava que ele queria retirar equipamento do Centro de Saúde de Santa Comba Dão e que



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não o permitiria que o fizesse, porque o equipamento era pertença do Centro de Saúde e algum tinha sido oferecido ou doado. Apesar de ter dado esta informação ao Sr. Diretor do ACES, foi feita a tentativa de retirar equipamentos, mas tal não foi permitido. Relativamente a estes episódios achou, por bem, dar a conhecer estes assuntos ao Sr. Diretor da ARS Centro : a manutenção de funcionamento da extensão de saúde em S. João de Areias; a questão do raio X (reparação e manutenção); a questão do prolongamento do horário do centro de saúde de Santa Comba Dão. Em relação à questão do prolongamento do horário houve o compromisso de fazer um estudo e prolongamento de horário em períodos mais críticos e de maior afluência ao centro de saúde, sempre que se justifique. Em relação às melhorias do Centro Hospitalar de Tondela, no âmbito do próximo quadro comunitário, fala-se na melhoria da assistência ao doente oncológico. Também foi mostrada disponibilidade, por parte do Sr. Diretor da ARS, para encontrar uma solução definitiva para a extensão de saúde de S. João de Areias.

Respondendo à Sr.ª Deputada Urbana, o Sr. Presidente da Câmara disse que o Partido Socialista já tinha manifestado a sua indignação ao que aconteceu, considerando que foi demasiado grave destruir um edifício histórico do concelho que deveria estar incluído no projeto da Ribeira das Hortas para reabilitar essa zona e que o matadouro poderia servir para um centro de exposições de energia. Não sabe o que aconteceu à pedra e que foi um crime que se fez a Santa Comba Dão.

Passando à questão colocada pelo Sr. Deputado José Augusto Morais respondeu que relativamente, aos valores dos 900 mil euros para repor, foram confrontados com a notificação feita pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão e diz respeito às rescisões feitas pelo Programa Mais Centro relativamente a dois projetos do anterior quadro comunitário, requalificação da ex-EN2 e ex-EN234 e o projeto de construção de ginásios. Este valor foi faturado e pago aos empreiteiros. Está a decorrer um processo judicial, onde o Município também é arguido, aguardando-se a sua decisão. O que se passou foi demasiado grave e o município e os santacombadenses não podem ser penalizados por pessoas que tomaram decisões irresponsáveis que deliberadamente causaram a rescisão deste contrato. O Sr. Presidente da Câmara disse ainda que se estava a ano e meio de ação deste Executivo e na última sessão da Assembleia Municipal foi abordado que se continuava a falar do passado, mas que tem de se continuar a falar porque existiu um executivo que fez tanto mal a Santa Comba Dão que irá demorar muitos anos a recompor tudo o que de mal foi feito e está-se a falar de 900mil euros a repor. Referiu que se orgulha da sua equipa de trabalho, os membros do Executivo e os funcionários da Câmara, que trabalharam arduamente para recuperar aquilo que vai ser apresentado, nesta reunião, relativamente às contas da Câmara. No entanto, todo este trabalho pode ser posto em causa pela decisão de terem de devolver os 900mil euros. Da leitura feita ao ofício, a Câmara vai ser obrigada a pagar e, caso não o faça ficam suspensos quaisquer pagamentos que a Agência para o Desenvolvimento e Coesão possa vir a fazer, correndo o risco de não receberem nada do próximo quadro comunitário. Relativamente ao centro escolar norte está a decorrer uma auditoria , não se sabendo ainda se terão de ser devolvidas verbas.

Na resposta ao Sr. Deputado Manuel Luís Leitão, foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara que relativamente aos helicópteros da Proteção Civil e do INEM, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários recebeu um ofício do Presidente da ANPC a dizer que, por uma questão de reorganização dos serviços de proteção civil e pelos estudos que irão ser feitos, iriam rescindir o contrato com esta base de helicópteros, mas não disseram que não iriam renovar. No mesmo dia em que tomou conhecimento desta decisão, o Sr. Presidente da Câmara



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contactou com o Sr. Vereador e com o líder parlamentar do PSD, e foi delineada uma estratégia e medidas a adotar. Teve ainda uma reunião com todos os presidentes das Câmaras Municipais que integram a Associação de Municípios do Planalto Beirão, estando todos solidários com a Câmara de Santa Comba Dão e disponíveis para apoiar o que possa vir a ser feito, assim como o apoio dos municípios no raio de ação da helipista. Também pediu uma reunião com o Sr. Presidente da Proteção Civil, com caráter de urgência e com a presença dos Presidentes das Câmaras vizinhas que se disponibilizem a ir. Tudo será feito para evitar que o helicóptero saia de Santa Comba Dão. No que diz respeito ao helicóptero do INEM foi dada a justificação que os helicópteros kamov mudaram de operadora. Também disse que o Presidente do INEM defende que o helicóptero se mantenha em Santa Comba Dão.

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu ao ex-comandante dos Bombeiros Voluntários, Sr. Rui Santos, ao Sr. Vereador João Onofre, em especial, pela ajuda prestada nesta situação. Perante todas as diligências efetuadas o Sr. Presidente da Câmara deu a boa notícia que a partir das 0:00 horas do dia 31 de maio, o helicóptero do INEM voltará a estar em Santa Comba Dão.

Relativamente ao Sr. Deputado Luís Artur Pereira o Sr. Presidente pediu desculpa por o relatório lhe ter sido entregue no início da sessão, mas tem a ver com o momento em que a vistoria foi feita pelos técnicos do município e não foi possível facultá-lo mais cedo.

No que se refere à intervenção do Sr. Deputado Rui Jorge Pereira pediu ao Sr. Presidente da Assembleia que tomasse nota da proposta para as comemorações do 25 de Abril do próximo ano. No que diz respeito ao centro interpretativo do Estado Novo pretende-se que uma das vertentes seja de âmbito pedagógico e por outro lado possa estar ligado em rede a outros centros interpretativos da região. Em relação ao espetáculo na Casa da Cultura referiu que foi de grande qualidade e se deveu ao trabalho do Conservatório de Música e Artes do Dão, que é uma mais valia e referência para o desenvolvimento de Santa Comba Dão e cujo trabalho é reconhecido a nível nacional.

Na resposta às questões levantadas pelo Sr. Deputado António José Correia, começou por dizer que em relação ao que diz haver falta de apoio ao associativismo não é bem assim. Tem vindo a ser feito o que é possível, e todos os santacombadenses o sabem. Perante a falta de fundos disponíveis, e porque as exigências do PAEL e do FAM impõem condicionalismos rigorosos a cumprir, o Executivo apenas pode fazer o que lhe é possível. Em relação aos desafios tomou nota e estão dentro das intenções do Executivo. No que diz respeito à intervenção do sr. Presidente da Filarmónica de S. João de Areias disse que todas as associações tentam reivindicar o máximo, mas mantem boas relações com todos os presidentes das associações. Também disse ao Sr. Deputado que em relação ao Município não se preocupe, porque ninguém faltou ao compromisso, existe transparência no que é feito e o principal compromisso que assumiu com os santacombadenses só depende de si, que é não ter gabinete político. Relativamente ao Sr. Vice-Presidente ter tomado decisões de cariz particular e pessoal respeitou as suas decisões, embora, como vereador sem nenhum pelouro atribuído, continuará a dar o seu contributo fundamental e a colaborar no trabalho do Executivo. Disse que aprendeu muito com ele e agradece a sua disponibilização para continuar a colaborar. Referiu que não foram oneradas as despesas com o Executivo aquando da passagem do Vereador Mário Silva a vereador a meio tempo. Era impossível, sem gabinete político, dar resposta a tudo o que eram exigências do Executivo. Por outro lado achou que não beliscou os compromissos com os santacombadenses.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também disse ao Sr. Deputado António José Correia que ao longo deste ano e meio tem estado 100% focado na governação e não no ataque à Comissão Política do PSD, mas como já aqui foi referido o passado continua a perseguir o dia a dia e o futuro, por isso, infelizmente tem de se continuar a falar no assunto.

Depois foi dada a palavra à Sr. deputada Edite Cruz que em nome dos três líderes parlamentares leu a moção da permanência dos helicópteros em Santa Comba Dão, que constitui o anexo nº 4 desta ata e dela fazendo parte integrante. Sendo a Votação da moção aprovada por unanimidade.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 2014;

Na apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2015, esta, foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, catorze do PS e dez do PPD/PSD e três abstenções, duas do PPD/PSD António José Correia, Luís Miguel Marques e uma do CDS/PP – Rui Jorge Pereira, por não terem estado presentes na última sessão.

Neste momento, o Sr. Presidente da Câmara pediu ao Sr. Presidente da Assembleia que colocasse à consideração desta Assembleia a alteração da ordem dos trabalhos, passando a serem apreciados em primeiro os pontos 2.7, 2.8 e 2.9, e que os pontos 2.7 e 2.8 fossem apresentados e votados em simultâneo por dizerem respeito à mesma entidade, e, por uma questão de agenda pessoal do liquidatário, Dr. Manuel Figueiredo, a quem caberá a apresentação destes pontos, tendo os membros da Assembleia Municipal concordado com a alteração da ordem de trabalhos.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.2- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

O Presidente da Câmara Municipal, nos termos do nº1 do artº 16 do Regimento da Assembleia Municipal apresentou a informação sobre a atividade do Município compreendida entre o período de 23 de fevereiro e 30 de abril de 2015.

Terminada a intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem.

Interveio o sr. Deputado António Correia referindo que em termos de resposta oncológicas para o Centro Hospitalar de Tondela-Viseu está previsto e vai avançar um convénio com uma entidade privada por não haver dinheiro para avançar com os equipamentos necessários. Acrescentou que não se pode ser fundamentalista e o importante será passar a haver resposta, quer seja privada quer pública. Depois, congratulou-se com a dinâmica do Programa Aproximar, sendo muito importante para Santa Comba Dão, que deve estar na linha da frente para concretizar estes projetos. Por fim, disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal depois de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

explicitar o que entende ser o Centro Interpretativo do Estado Novo, que constava do manifesto eleitoral do PSD e não do atual Executivo, deixa-lhe o desafio para que haja um debate sobre as opiniões e contributos para este espaço, porque este projeto vai além desta legislatura e será importante para Santa Comba Dão.

Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Luís Pedro Nunes relativa à Extensão de Saúde de S. João de Areias, que constitui o anexo nº4 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Depois o Sr. Deputado Serafim Rodrigues pediu que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse em relação à unidade de saúde de S. João de Areias se existe alguma situação que desconheça.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu ao Sr. Deputado Serafim Rodrigues que não há nada de novo, o que poderá haver é ao nível das instalações. As negociações estão a decorrer e quando tudo estiver mais concreto dará as informações. No desafio lançado pelo Sr. Deputado António Correia disse que, ao longo dos anos anteriores, os vereadores do PS nunca foram ouvidos sobre o assunto, mas que essa não é a sua forma de agir e irá comprometer-se com o debate.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.3- APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2014, E AINDA A APRECIACÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO; O Presidente da Câmara Municipal fez uma análise sucinta aos documentos em apreço, ficando arquivados no processo da presente sessão e que foram enviados a todos os deputados da Assembleia nos termos do Regimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação, sendo depois abertas as inscrições para a discussão.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Luís Marques para dizer que a implementação de políticas em relação à iluminação pública teve apenas um ganho de 4,2%, perguntando se foram implementadas as medidas mais corretas.

Interveio o Sr. Deputado Rui Jorge para referir que mais vale tarde do que nunca. Há um ano atrás lançou um repto para haver uma política de rigor e transparência e, se assim fosse, as forças políticas estariam ao lado do Executivo, apesar de haver muitas instituições e associações que dependem da Câmara, esperando que este rumo e política continue assim.

Depois tomou a palavra o Sr. Deputado Fernando Cruz dizendo que a avaliação da gestão do Executivo em 2014 é o primeiro exercício da responsabilidade exclusiva do Executivo, porque a avaliação de 2013, foi de transição e foi condicionada pela forte desaceleração da atividade económica e investimento, que se refletiu na diminuição da despesa, uma aprovação da candidatura ao PAEL em 2011, que na altura não era importante mas que agora se revela importante na injeção de liquidez atual, mas que corresponde, nos próximos vinte anos, a dívida. Quanto à injeção de liquidez a curto prazo vai para a dívida o correspondente valor que se



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recebe. O Sr. Deputado disse que o Sr. Presidente da Câmara fez uma reflexão em que já houve a influência da entrada de receita que ainda não se reproduziu na correspondente inibição da despesa com fornecedores que se vai refletir na no exercício de 2015. Outra questão importante que marcou 2014 foi a negociação de uma solução equilibrada para os Projetos Mais Centro sujeitos a auditoria e hoje chegou a notícia de que haverá efetivamente a devolução de verbas, será uma imparidade que vai ter reflexo em 2015. Outro aspeto que condiciona será a preparação da candidatura ao FAM, sendo um acesso a dinheiro, mas ao mesmo tempo, um endividamento a médio e longo prazo que se vai refletir em liquidez. O Sr. Deputado do lado positivo registou a quebra de despesa e do lado menos positivo a queda da receita, que o peso dos ativos principais da Câmara já estão feitos por isso daí não advém despesas. Considera que estão no bom caminho no lado da despesa, mas que tem de se ir mais longe. Preocupa-o os resultados muito débeis do esforço em relação à energia e iluminação pública, e será muito complexo diminuir a despesa. Os fatores da despesa em termos brutos que condicionam os saldos primários da Câmara são com os funcionários. Na segunda parte da sua intervenção o Sr. Deputado disse que fez o exercício de ver em 2005 como receberam a Câmara, com os ativos e passivos, e na altura não havia dados auditados para que houvesse informação rigorosa. O anterior Executivo deixou a dívida de 17.370.102 milhões de euros, não estando aqui as imparidades, e de 2013 para 2014 a dívida passou para 17.768.471 milhões de euros.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente que disse não saber o que responder ao Sr. Deputado Fernando Cruz, relativamente ao PAEL não servir no seu Executivo e agora já servir para este Executivo. Os vereadores e membros da Assembleia Municipal do PS no anterior Executivo nunca estiveram contra o PAEL mas sim contra um contrato de reequilíbrio financeiro de 6,5 milhões de euros que não servia para nada, era apenas para pagar um empréstimo de saneamento financeiro, transformando uma taxa de juro de 3,7% numa taxa de juro de 6,5 %, traduzindo-se num aumento de dívida de cerca 4 milhões de euros, perguntando como seria a situação hoje face aos juros. O Sr. Presidente da Câmara perguntou ao Sr. Deputado o que é que andou a fazer, visto ser o Vereador das Finanças. Relativamente à questão da iluminação pública houve, efetivamente, uma redução de 11 mil euros e será, deste modo, que se consegue poupar. Neste momento estão a trabalhar noutras alternativas para encontrar outras soluções.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à votação dos documentos em apreço, tendo os mesmos sido votados por unanimidade, com vinte e sete votos: 14 votos do PS; 12 votos PPD/PSD e 1 voto do CDS/PP

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.4- 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S PARA O ANO ECONÓMICO DE 2015= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da 1ª Revisão ao Orçamento e às GOP's para o ano económico de 2015. Foram abertas as inscrições para a discussão e como nenhum deputado se inscreveu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento sob análise a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

unanimidade, com e vinte seis votos-14 votos do PS; 11 votos PPD/PSD e 1 voto do CDS/PP . No momento da votação estava ausente o Sr. Deputado António Correia.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.5- 1º RELATÓRIO TRIMESTRAL DE MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL (ALÍNEA A) DO ARTIGO 12º DA LEI Nº43 / 2012, DE 28 DE AGOSTO);

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que informou que o 1º relatório reflete o que foi a informação financeira relativamente ao primeiro semestre.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para a discussão .

O Sr. Deputado Fernando Cruz fez um pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara querendo saber se já foram iniciados os pagamentos aos fornecedores e quais os valores dos montantes pagos.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que os pagamentos da primeira tranche estão praticamente todos efetuados, faltando apenas cerca de sete mil euros respeitantes a firmas em insolvência.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.6-RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2014 (ALÍNEA D) DO Nº2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº73/2013, DE 03 DE SETEMBRO; APRECIÇÃO;

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal apresentou o assunto em epígrafe. A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação sendo depois abertas as inscrições para a discussão e como nenhum deputado se inscreveu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.7- RELATÓRIO E CONTAS INTERCALAR À DATA DO REGISTO DA DISSOLUÇÃO (10-12-2014) DA PROFIACADEMUS – ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO, UNIPessoal,LDA, EM LIQUIDAÇÃO= APRECIÇÃO;

2.8- RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2014 DA PROFIACADEMUS – ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO, UNIPessoal,LDA, EM LIQUIDAÇÃO= APRECIÇÃO;

Foi dada a palavra ao Dr. Manuel Figueiredo, que esclareceu as suas funções como liquidatário da PROFIACADEMUS e fez a apresentação do Relatório e Contas Intercalares de 10/12/2014, que ficou arquivado no processo da presente sessão e que foi enviado a todos os deputados da Assembleia nos termos do Regimento. Disse ainda que relativamente à inventariação não há grandes problemas mas em relação aos passivos há alguns problemas porque não tem documentação suficiente, estando a recolher, a identificar e documentar os problemas. Referiu que quando entrou na escola faltavam muitos documentos, muitas das transações e operações financeiras verificadas na escola não tinham os documentos de suporte. É uma



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situação com a qual se confrontou, não sabe o que se passou. Agradecendo ao Sr. Presidente da Câmara e à Sra. Vereadora Carla Cunha a colaboração no trabalho que realizou.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Rui Jorge para saber quais as razões subjacentes para que a escola tivesse chegado a este ponto de rutura e saber-se a verdade .

Interveio o Sr. deputado António José Correia que, relativamente ao que referenciou o Dr. Manuel Figueiredo sobre a ainda procura do suporte documental para as transações financeiras que foram feitas para resolver o assunto, disse que os autarcas acompanhavam a escola mas quem estava no dia a dia a gerir era a direção pedagógica e a direção administrativa e financeira, questionando se a anterior diretora financeira e administrativa foi confrontada e quais as explicações que foram dadas.

Foi dada a palavra ao Dr. Manuel Figueiredo para responder às questões levantadas pelos senhores deputados. Explicou que teve um período de trabalho, na ordem dos cinco seis dias, com a Dr.ª Maria Manuel e pediu-lhe para deixar todos os elementos que existiam na escola, em arquivo e no seu computador; depois a Dra. Maria Manuel foi embora e foi confrontado com o que encontrou. O Dr. Manuel Figueiredo também disse que lhe foi transmitido que havia muitos elementos base dos compromissos e obrigações que foram tidos e assumidos verbalmente, mas que não encontrou os respetivos documentos escritos de suporte, estando, ainda à procura desses documentos para tomar decisões. Não pode dizer que tem evidências para dizer que foram destruídos ou desviados.

Em relação à questão formulada pelo Sr. Deputado Rui Jorge Pereira disse que não se pode se pronunciar porque o seu papel é técnico e não tem legitimidade de o fazer perante a Assembleia Municipal.

Em seguida interveio o Sr. Presidente da Câmara para dizer ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira que, nesta Assembleia, este assunto já foi discutido e do ponto de vista do Executivo e da Assembleia Municipal não havia outra solução e que a decisão foi tomada em boa hora.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.9- RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2014 DA COMBANIMA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM LIQUIDAÇÃO= APRECIACÃO;

Neste ponto, o Dr. Manuel Figueiredo fez a apresentação do Relatório de Gestão de Contas do Ano de 2014, que ficou arquivado no processo da presente sessão e que foi enviado a todos os deputados da Assembleia nos termos do Regimento. Declarou que foi feita a inventariação física do que existia na Combanima, referindo que num conjunto vasto de equipamentos sociais e desportivos alguns não foram encontrados, outros não estavam em condições e foram abatidos na contabilidade. Na finalização da liquidação da Combanima estará pendente a resolução de alguns empréstimos que a empresa tem perante as instituições financeiras e, também, do desenvolvimento que tem com a Administração Tributária relacionado com o IVA. Outro problema tem a ver com o processo da ASAE por os parquímetros não estarem aferidos.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente que da Câmara Municipal para dizer que o que está em causa na liquidação está relacionado com a parceria público privada que a Combanima tem com a DãoGest, não havendo uma solução legal para resolver esta situação, sendo um impedimento à liquidação.

Depois o Dr. Manuel Figueiredo disse que a Combanima tem 49% do capital DãoGest e que o valor da participação financeira vale zero. A lei proíbe que a Câmara tenha uma participação financeira numa parceria deste género e a Câmara tem de se desfazer dela e a Tutela terá de dizer à Câmara o que pensa e o que terá de ser feito.

13

Foi dada a palavra ao Sr. deputado Fernando Cruz que pediu um esclarecimento ao Dr. Manuel Figueiredo, dizendo que há no relato de gestão da Combanima uma parte que refere que existem despesas e transações sem suporte documental, não concorda que se chegue a este ponto ao fim de todos estes anos sem haver uma averiguação do liquidatário a dizer se existia ou não suporte documental de transações que já tinham sido averiguadas e ficaram arquivadas. Em relação a esse processo todos tinham conhecimento do que foi averiguado e do ficou decidido. Referiu que consta no relatório atual um passo que deixa dúvidas a quem o lê, o de não haver documentação das autoridades que averiguaram o caso e que proferiram até uma decisão. Reforçou que esta situação fosse esclarecida.

Tendo o Dr. Manuel Figueiredo respondido que nos arquivos da Combanima para algumas situações encontradas não existiam documentos. Que existia falta de documentação e havia apenas as faturas no computador. As entidades contactadas para pagar a dívida não tinham conhecimento e nem sabiam de nada, e que essas dívidas eram referentes à participação em feiras, em festas da cidade. A maior parte das entidades contactadas para pagar a dívida eram referentes a associações de carácter cultural, recreativo e desportivo com quem a Câmara mantém relações. A empresa que tem a maior dívida é o Planalto Beirão que disse não conhecer a dívida e nem se ter comprometido com nada.

Voltou a intervir o Sr. deputado Fernando Cruz para dizer que era importante dizer datas, que se estava a referir a 2009. Relativamente às festas da cidade, houve uma averiguação pela queixa de uma associação à Polícia Judiciária e que foi arquivada. O Sr. deputado disse que estamos, em 2015, a falar em assuntos que já foram devidamente averiguados. Ninguém rasgava esses documentos para dizer que não houve culpa.

Na resposta o Dr. Manuel Figueiredo disse que o que se passou para trás não foi com ele.

Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que se estava perante um equívoco. Uma das situações tinha a ver com um processo de averiguações relativo a uma ação judicial e a outra com as faturas e que estas tinham a ver com as contas da empresa.

13



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira que começou por dizer que tudo isto mostra que não se sabe para onde foi o dinheiro, perguntando se haveria alguma maneira de saber qual a influência da DãoGest na Combanima, para saber como é que as duas empresas resultaram em prejuízo.

Interveio o Dr. Manuel Figueiredo para dizer que, com o técnico, não deverá emitir juízo de valores

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Cruz para fazer um esclarecimento ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, dizendo que quando a empresa municipal foi criada também foi com o voto do CDS/PP e que as contas foram sempre auditadas por uma empresa credível.

Por último, o Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra dizendo que as coisas correram mal e achava que era importante que a Assembleia Municipal, posteriormente, fizesse uma reflexão e desse o seu contributo.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a participação do Dr. Manuel Figueiredo nesta Assembleia, terminou este ponto e passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.10- REPOSIÇÃO DE CAMINHOS FLORESTAIS EM CASAL DE VIDONA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA COMBA DÃO E COUTO DO MOSTEIRO. REQUERENTE: ADÉRITO MANUEL PEREIRA SANTOS= DESAFETAÇÃO E AFETAÇÃO DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL (ALÍNEA Q, Nº1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO)= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do assunto supra. Foram abertas as inscrições para a discussão e como nenhum deputado se inscreveu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento em apreço a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, com e vinte seis votos - 14 votos do PS; 11 votos PPD/PSD e 1 voto do CDS/PP . No momento da votação estava ausente o Sr. Deputado António Correia.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.11- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU= MOÇÃO- “COMBATE À CORRUPÇÃO”= CONHECIMENTO.

Foi feita a leitura da moção, tendo a Assembleia tomado conhecimento do teor da mesma.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi de seguida lida a minuta da ata desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos:

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

No último ponto dos trabalhos da Assembleia o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Interveio o senhor António José Corveira de Sousa, residente no Coval, União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro, pedindo um esclarecimento sobre a apresentação de contas acerca do valor de uma verba que não conseguiu ler no powerpoint projetado relativo às contas do Município

O Sr. Presidente respondeu que já tinha desligado o computador e que a informação lhe seria dada posteriormente, pedindo desculpa.

Não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença e participação de todos, dando pelas dezoito horas e cinquenta e cinco minutos por encerrada a sessão dela se lavrando a presente ata que depois de votada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'António José Corveira de Sousa'.



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

REQUERIMENTO

Considerando as acusações dirigidas pelo Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal ao líder da bancada parlamentar do PSD na reunião ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro p.p., cujo teor se transcreve **"O presidente da Mesa retorquiu que era ao Sr deputado António José Correia que ficavam mal os ataques pessoais que lhe vinha dirigindo nas assembleias..."**, o grupo parlamentar do PSD vem requerer junto do Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal que clarifique as seguintes questões:

1. Em que momento ocorreram os alegados ataques pessoais dirigidos pelo líder parlamentar do PSD ao Exmo. Sr. presidente da Assembleia Municipal?
2. De que forma foram esses ataques alegadamente concretizados?
3. Sobre que matérias ou conteúdos foram esses ataques alegadamente dirigidos?

O líder da bancada parlamentar do PSD

(António José Brito Correia)

Santa Comba Dão, 30 de Abril de 2015

Anexo 1



A Assembleia Municipal constitui um órgão deliberativo legal e politicamente investido pela força do voto popular e democrático, a fiscalização e acompanhamento da ação camarária são os seus atributos principais. O respeito pelas funções de cada um dos seus constituintes marcará neste mandato o espírito e a atuação do grupo parlamentar do partido socialista de Santa Comba Dão. A valorização das funções da Assembleia Municipal tem constituído uma prioridade da política deste Executivo Municipal, através, nomeadamente de uma disponibilidade permanente para acolher os contributos e as propostas dos Membros da Assembleia e por respeitar os direitos legítimos à informação transparente, regular e pertinente relativa ao exercício da sua governação. Estes princípios e estas práticas visam de forma especialmente relevante, valorizar o importante papel da Assembleia Municipal na ação da Câmara Municipal, indispensável à qualidade da democracia local e à criação de um ambiente de pluralidade, propício a uma cidadania participativa e livre no nosso Concelho. Este objetivo de qualificação da democracia, tem marcado também e de forma concreta a nossa atuação, constituindo uma condição de base para o desenvolvimento cultural, social e económico do nosso Concelho, deixando assim para trás toda a retórica e ambiguidade que vinham sendo praticadas.

Não obstante as diferenças de opinião, a atuação dos diferentes deputados deste órgão deverá ser pautada pela indispensável urbanidade e pelo necessário sentido de responsabilidade, defendendo também, nos respetivos exercícios a imagem pública dos eleitos, valorizando a democracia e o exercício da política.

4.
Am B
cy

EM DEFESA DO SNS

EM FEVEREIRO DE 2014, FIZ NESTA ASSEMBLEIA UMA INTERVENÇÃO SOBRE OS TRATAMENTOS DOS DOENTES ONCOLÓGICOS, CONTRARIANDO O DESPACHO Nº13877-A/2013 PUBLICADO NO D.R. A 30/10/2013.

A ORDEM DOS MÉDICOS, MUITAS A.M. E ORGANISMOS LIGADOS À SAÚDE FORAM CONTRA. APROVÁMOS POR UNANIMIDADE UMA MOÇÃO DA C.M. DE ELVAS – “NO COMBATE AO CANCRO”, TODOS SOMOS POUÇOS EM DEFESA DO DOENTE ONCOLÓGICO.

ORA, ESSE DESPACHO GEROU PROFUNDAS DESIGUALDADES REGIONAIS AFASTANDO OS DOENTES DO INTERIOR DO PAÍS DA ACESSIBILIDADE A POTENCIAIS TERAPEUTICAS, POTENCIADOR DE RACIONAMENTO E QUE SE BASEIA EM EXPLICAÇÕES SEM FUNDAMENTO.

OU SEJA O INFARMED TERÁ DE AUTORIZAR A **AE** (AUTORIZAÇÃO EXCEPCIONAL PARA MEDICAMENTOS) PARA QUE O TRATAMENTO SEJA EFECTUADO, QUE TERÁ DE SER REALIZADO NOS “ **CEUEM**” – CENTROS ESPECIALIZADOS PARA UTILIZAÇÃO EXCEPCIONAL DE MEDICAMENTOS, QUE SEGUNDO O DESPACHO SÃO EFECTUADOS NO IPO E CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA, IPO E H.S.JOÃO NO PORTO E IPO E CENTRO UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA. COM ATRASOS CRÓNICOS NO MECANISMO DE APROVAÇÃO DA INFARMED. ONDE ESTÁ A EQUIDADE ENTRE OS DOENTES DO INTERIOR E OS DO LITORAL?

NA REUNIÃO DO CIM NA ULTIMA SEGUNDA-FEIRA EM MANGUALDE, SOUBE-SE QUE O GOVERNO ESTÁ PARA AUTORIZAR EM VISEU UM CENTRO DE RADIOTERAPIA A **PRIVADOS**. DESCORANDO O QUE SERIA JUSTO E RAZOÁVEL, QUE SERIA EM PRIMEIRO LUGAR, DOTAR O CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU DESTE EQUIPAMENTO E TRATAMENTO, NO SECTOR PÚBLICO... NÃO O FEZ, CONCEDEU-O A PRIVADOS.

NOTAMOS QUE ESTE GOVERNO, ESTÁ DISPOSTO A ACABAR COM TUDO QUE SEJA PÚBLICO, DIGA-SE DO ESTADO, QUE SOMOS TODOS NÓS, A FAVOR DOS PRIVADOS COMO SEJA OS CASOS DA EDP; CTT; E OUTRAS EMPRESAS RENTÁVEIS E DE SUCESSO. ESTÃO DISPOSTOS AGORA A TODO O CUSTO E PRIVATIZAR A TAP. DÁ PREJUÍZO SIM, MAS NÃO HAVERÁ REFORMULAÇÕES E INOVAÇÕES QUE PODERÃO INVERTER A SITUAÇÃO”

Fl.
LMB
aug

MAIS UMA JÓIA DA COROA QUE ESTÃO EMPENHADOS ATÉ FINAL DO MANDATO EM ALIENAR.

O NOSSO CENTRO DE SAÚDE, QUE SEGUNDO NOTÍCIAS VINDAS NUM JORNAL REGIONAL EM ABRIL DO CORRENTE ANO, POR ORDEM SUPERIOR SERIA DESPOJADO DE ALGUM EQUIPAMENTO DO ANTIGO “SAP” PARA UMA OUTRA USF (MANGUALDE) A INAUGURAR, SEM SE IMPORTAREM DE SABER QUE ESSE EQUIPAMENTO FOI ADQUIRIDO EM PARTE PELA C.M., OUTRO VINDO DO ANTIGO HOSPITAL E OUTRO PASME-SE ADQUIRIDO PELOS FUNCIONÁRIOS...

FORAM IMPEDIDOS PELOS FUNCIONÁRIOS E PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA QUE TRATOU DE MARCAR REUNIÕES COM OS RESPONSÁVEIS DO ACES E DA ARS CENTRO.

FALEI EM "SAP". POIS FUNCIONAVA 24H POR DIA. CLARO QUE DAS 0H ÀS 8H TINHA UM NÚMERO BAIXO DE UTENTES, MAS FICOU A FUNCIONAR DAS 8 ÀS 20H. TODOS OS DIAS. AGORA O ATENDIMENTO É FEITO PELO MÉDICO DE FAMÍLIA E CONSULTA ABERTA, SENDO QUE OS DOENTES URGENTES E DOENÇA AGUDA TÊM DE IR PARA O SUB DE TONDELA COM UMA SOBRECARGA E TEMPO DE ESPERA QUE NÓS SABEMOS.. ATENDE OS DOENTES DOS CONCELHOS DE TONDELA; SANTA COMBA DÃO E CARREGAL DO SAL. ESTE SERVIÇO FOI INICIALMENTE DIMENSIONADO PARA O CONCELHO DE TONDELA.

SABE-SE QUE ESTÃO PARA REQUALIFICAR OS SU. HAVERÁ UMA VERBA DE 2,1 MILHÕES DE EUROS PARA O CENTRO HOSPITALAR TONDELA VISEU.

PARA QUAL DO S.U. É? TONDELA OU VISEU

O SERVIÇO DE RX DA USF DE SANTA COMBA DÃO QUANDO FUNCIONA?

A EXTENSÃO DE S. JOÃO DE AREIAS? SABEMOS QUE O EXECUTIVO AUTÁRQUICO NÃO TEM A GRANDE PARTE DA RESPONSABILIDADE NA SAÚDE DO CONCELHO, MAS SABEMOS QUE O SR. PRESIDENTE E JUNTAS DE FREGUESIA ESTÃO EMPENHADOS NA LUTA PELA DEFESA DA SAÚDE DAS POPULAÇÕES E TODOS NÓS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL LUTAREMOS NA DEFESA DO **SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE**.

O DEPUTADO



CÉSAR FERNANDO LIMA BRANQUINHO

R.
C. M. P.
S. J.

MOÇÃO



Considerando que:

1. O helicóptero de Santa Comba Dão é uma estrutura construída a pulso e com o sacrifício de todos os Santacombadenses, quer através da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão quer através da Camara Municipal;
2. Foram investidos milhares de euros nos últimos anos nesta infraestrutura para corresponder aos protocolos técnicos exigidos pela tutela;
3. A localização privilegiada desta base é reconhecida pelas autoridades com responsabilidade e know-how na matéria;
4. A operacionalidade das aeronaves aí estacionadas, afetas á ANPC e ao INEM é das mais eficazes e eficientes de todas as estruturas similares existentes do País;
5. Nenhuma das entidades paga qualquer comparticipação á Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão pela utilização desta base;
6. A presença destes equipamentos acrescenta valor a Santa Comba Dão e a toda a região;

A Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, reunida em sessão ordinária no dia 30 de abril de 2015, rejeita liminarmente qualquer redefinição da rede de bases permanentes da Autoridade Nacional da Proteção Civil e do Instituto Nacional de Emergência Médica que venha eventualmente a concretizar-se que não inclua o heliporto de Santa Comba Dão pelas razões expostas.

Os Lides das Bancadas Parlamentares,

PS

PSD

CDS

(Edite C. Alves Cruz)

(António José Brito Correia)

(Rui Jorge Gonçalves S. Pereira)

Santa Comba Dão, 30 de abril de 2015



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Luís Pedro F. S. Nunes'.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores,

Caros colegas deputados Municipais

Excelentíssimo Publico

Comunicação Social

Com base na informação da atividade do município, evidencio um assunto sobre o qual não poderia deixar de me pronunciar: a Extensão de Saúde de São João de Areias:

Relativamente a esta matéria, gostaria de começar por evidenciar o empenho do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São João de Areias, na luta pela manutenção do funcionamento da Extensão de Saúde dessa freguesia. Quando muitos acreditavam que o fim desse serviço de saúde seria uma realidade, a determinação da Junta de Freguesia, com o apoio da Câmara Municipal, no diligenciar de conversações com o ACES e com a ARS, revelou-se decisivo para que o compromisso político assumido pelo governo fosse cumprido, de continuação da atividade da Extensão.

A gestão deste processo demonstra, inequivocamente, o elevado sentido de responsabilidade do executivo da Junta de Freguesia, perante a sua missão de salvaguarda dos interesses dos habitantes da Freguesia de São João de Areias.

~~Obrigado.~~

Santa Comba Dão, 30 de Abril de 2015

Pelo Grupo Parlamentar,

Handwritten signature of Luís Pedro F. S. Nunes in blue ink.

Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes